

Realidade *fake*, sofrimento real: o cidadão de bem bolsonarista neoliberal a partir do pensamento de Adorno e Chaui

Fake reality, real suffering: the “good citizen” in Bolsonaro’s neoliberal regime using the philosophies of Theodor Adorno and Marilena Chaui as a standpoint

Benito Eduardo Araújo Maeso

Universidade Federal do Paraná – UFPR/Universidade de São Paulo – USP

benito.ly@usp.br

Resumo: Busca-se compreender alguns elementos psicossociais que constroem o tipo geral chamado “cidadão de bem” e sua versão brasileira, destacando-se a imbricação de dois fulcros: a elaboração da realidade *fake*, na qual as distinções verdadeiro/falso são deliberadamente dissolvidas; e o entendimento das características psico-ideológicas que fariam, sob certos estímulos, tais indivíduos abraçarem tendências autoritárias e fascistas, entendendo-as como sinal de virtude pessoal e social e aceitando o sofrimento material, psicológico e político resultante como prova da inexistência destes, conciliando a lógica do capitalismo – incluindo sua vertente neoliberal - com modelos antidemocráticos e subjetividade paranoica. Tais formas sociais são características, por exemplo, do bolsonarismo como representação do atual radicalismo de direita que ocupa a cena política brasileira atualmente. Para tanto, serão mobilizados, entre outr@s autor@s, os conceitos de Theodor Adorno sobre Cinismo e Personalidade Autoritária e de Servidão Voluntária e Autoritarismo Social em Marilena Chaui.

Palavras-chave: Cidadão de bem; *Fake*; cinismo; Brasil; neoliberalismo; Autoritarismo.

Abstract: In this article, I seek to analyze some psychosocial elements that typify the so-called “good citizen” (in its general and Brazilian version). I emphasize the interweaving of two central features in this study: the first feature is the elaboration of fake reality, in which true/false distinctions are deliberately ignored; the second feature is the comprehension of the psycho-ideological characteristics that, under certain stimuli, drive such individuals to embrace authoritarian/fascist patterns. These individuals understand these biases as a sign of personal (and social) righteousness – and, by accepting material, psychological, and political suffering, they deny that it occurs. These social and psychological processes reconcile the logic of neoliberal capitalism with anti-democratic models and paranoid subjectivity, establishing Bolsonarianism as a representation of the current right-wing radicalism that inhabits contemporary Brazilian political scene. For these purposes, among other authors, I will mobilize Theodor Adorno’s concepts of Cynicism and Authoritarian Personality, and Marilena Chaui’s Voluntary Servitude and Social Authoritarianism.

Keywords: Good citizen; *Fake*; cynicism; Brazil; neoliberalism; Authoritarianism.

1. Introdução

Que prazer é esse que há no ódio?

@marciatiburi (23/07/2019)

O que faz pessoas aparentemente detentoras de conhecimento ou razão abraçarem desabridamente ideias irracionais? Quais mecanismos operam na retroalimentação entre afirmar um conjunto de valores sociais como “de bem” e práticas individuais e coletivas que, em nome da consolidação e manutenção deste bem, executam o oposto do propalado pelo discurso? Como, em nome dos ditos princípios universais das sociedades contemporâneas – liberdade, vida, democracia, etc. – constrói-se um *socius* onde a negação prática destes torna-se sinal de sua verdade teórica, constituindo um paradoxo epistêmico-político que historicamente tenderia ao autoritarismo e geraria satisfação em quem o sente na carne?

Tais questões interpellam o presente, porém também consistem numa reconfiguração de elementos já existentes e operantes nas sociedades – e, mais especificamente, na brasileira. Para embasar esta tese, busca-se entender um personagem conceitual específico, o “cidadão de bem” – epítome do sujeito ordeiro na democracia liberal burguesa e nas sociedades tendentes ao autoritarismo -, e sua constituição psicosocial, com destaque à imbricação de duas características cruciais: a elaboração do *modo de vida* onde a fronteira entre convicção e fato não opera eficazmente, criando realidades autônomas que trespassam e são trespassadas pelo concreto; e as características psíquicas e ideológicas existentes abaixo dos comportamentos sociais que, sob certos estímulos – quando ações antes reprováveis passam a serem aceitas - fariam tais sujeitos abraçarem tendências autoritárias, negacionistas ou de ódio ao conhecimento, entendendo tais práticas como sinal de virtude pessoal e social. Com foco na realidade brasileira, o que causa tal ruptura e falsificação da vida nas esferas do conhecimento, política e sociedade e estrutura a economia psíquica deste indivíduo, ao ponto de ser mais simples a ele aceitar informações sabidamente falsas do que outras ancoradas nos fatos ou experiências seguras - ou aceitar o sofrimento psicopolítico como prova da inexistência deste sofrimento?

1.1. Chaves interpretativas

O ressurgimento do autoritarismo de extrema-direita na política mundial tem como fulcro a difusão bem-sucedida de informações falsas (abrangendo tópicos como mudanças climáticas, vacinas, imigração, “ideologia de gênero¹”, etc.) levando o tecido social a um esgarçamento onde os diversos campos políticos e sociais quase não compartilham o mesmo campo epistemológico. Isto abre espaço, inclusive, para a ascensão de discursos e ideologias anticientíficas e supersticiosas². Mesmo tal estratégia difamatória sobre temas da política mundial e brasileira não sendo novidade (cfe. LATOUR, 2020; FIGUEIREDO *et al.* 1997; PERINI-SANTOS, 2020; SALGADO, 2012; etc.) e que já seja quase lugar-comum falar em pós-verdade, este conceito sozinho não abarca tal fenômeno. Mais do que desinformação e manipulação de

¹ Cfe. REIS e EGGERT (2017, *passim*), o termo consiste numa falácia para desqualificar estudos de gênero na academia, induzindo a pensar que debater diversidade e diferença envolveria escolha ou convencimento de indivíduos sobre manifestações de sexualidade. Também seria uma estratégia para vetar debates sobre sexualidade no ensino fundamental e médio, ocultando diferenças sob uma suposta “igualdade” como valor universal.

² Há diferenças entre anticiência e superstição. Enquanto uma propunha “outra ciência”, “ciência oculta” ou “alternativa” (ex: cloroquina e ivermectina como substitutivos ou profiláticos contra o coronavírus), a superstição afastava completamente a ciência, negando inclusive a existência da doença (ex: denominações religiosas que usaram a fé como sabotagem dos esforços contra a COVID-19). Em questões como gênero ou política, a superstição envolve ocultamentos da realidade ainda mais violentos que a distorção do discurso científico (vide discursos pentecostais que não só patologizam, mas também anatemizam comportamentos não heterossexuais e cisgênero).

dados, é a construção individual e coletiva do *modo de vida* que encontra em si mesmo seu referencial de verdade, validação discursiva e suporte emocional - e que é muito resistente e refratário a qualquer abertura.

Sugere-se a denominação de realidade *fake*³ para este modo de existência que recusa o contraditório, nega a alteridade (adquirindo, por vezes, um caráter messiânico ou sectário) e embasa a construção do conjunto de justificativas racionais para validar ou confirmar vieses e convicções prévias, mesmo descoladas da facticidade. Reconhece-se que o *fake opera e é operado no mundo*, mesmo tendo bases epistêmicas e sociais dissonantes ao aparente fundamento das sociedades baseadas no Esclarecimento⁴. Num exemplo talvez impreciso, sabe-se que a Terra é um geoide – e que tecnologias como telefonia celular, GPS, Internet, etc., funcionam a contento por causa disso⁵ – mas as pessoas que negam tal fato utilizam as próprias tecnologias que desmentem sua crença para negar os pressupostos técnico-científicos daquelas, não enxergando nisso nenhuma incoerência epistêmica.

Tal dissonância cognitiva não opera apenas pela descrença na ciência ou conhecimento, causando impactos na esfera política e da racionalidade social⁶. Se a experiência de mundo individual é determinada pela estereotipia que caracteriza a visão *fake*, não é possível corrigi-la por vivências ou discursos de autoridade calcados na racionalidade, pois estes indivíduos perceberão tais estímulos pelo prisma do estereótipo, posicionando-se automaticamente contra. Do ponto de vista político-social, mesmo alguém muito próximo a uma pessoa LGBTQIAP+ ou que conheça cada linha do *Manifesto Comunista* repetiria, como se tomado por um delírio ou hipnose, chavões discursivos homofóbicos ou passagens inexistentes no texto como se as tivesse lido, sem perceber a discrepância, enquanto valores de verdade, entre sua vivência e discurso.

Nesta chave, e sem ignorar a produção contemporânea sobre a conjuntura mundial e nacional e o ressurgimento dos autoritarismos e nacionalismos extremistas, exatamente por ser um *ressurgimento ou reexposição* é preciso voltar às análises fundantes sobre as singularidades de tais fenômenos: a releitura de elementos percebidos à época pode trazer novas luzes ao presente, pois a fascistização social nunca cessou de ocorrer.

Assim, os pilares teóricos deste artigo, além do recurso a demais autor@s, serão as análises de Theodor Adorno sobre a *Personalidade Autoritária* (1951) e o ressurgimento do radicalismo de direita e, para entender a gênese dos traços que permitem a amplos setores sociais brasileiros abraçarem sem pejo suas realidades irreais, o autoritarismo social e ideologia da competência como conceituados por Marilena Chauí.

³ O oxímoro realidade *fake* não significaria apenas o acobertamento de uma realidade com valores claros do conceito de verdade – a definição corriqueira de ideologia. Nossa hipótese é a de que, seguindo Adorno, o falso torna-se o próprio índice de verdade em si: uma verdade construída sem a necessidade de correspondência completa aos dados e passa a ter valor como tal para quem a abraça, o que, no limite, chega a abranger o próprio conceito do real e sua compreensão deste. Para um/a terraplanista, fatos *ocorrem e se explicam* metodologicamente como se o planeta fosse plano, independentemente do consenso científico e das explicações comprovadas. Numa subversão solipsista do método cartesiano, o fato da pessoa pensar isto dá a ela a convicção que, pelo fato de *poder ter sido* pensado, há *Verdade no pensado*.

⁴ Relembremos o alerta de Adorno e Horkheimer sobre a sobrevivência da irracionalidade no projeto do Esclarecimento, ou a “calamidade triunfal” do retorno do mítico na estrutura da própria razão. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.19)

⁵ Conforme <https://gauchazh.clicrbs.com.br/tecnologia/noticia/2019/08/sete-affirmacoes-feitas-pelos-terrapiplanistas-e-os-motivos-de-eles-estarem-enganados-cjze68lg038r01qmslcjdjmbp.html>. Acesso 20 Ago 2022 21:28

⁶ Adorno (2019, Cap.XVI, item C) vê os comportamentos estereotipados das pessoas entrevistadas que demonstraram preconceito contra minorias (rechaço/medo ao *outgroup*) acompanhados pela construção do conjunto de fantasias de onipotência ou de poder excessivo ao inimigo escolhido, o que validaria uma “contrarrevolução preventiva”. Citando ADORNO (p.257), “aqueles cujos desejos semiconscientes culminam nas ideias de abolição da democracia e de domínio dos fortes chamam de antidemocráticas as pessoas cuja única esperança reside na manutenção dos direitos democráticos”. A construção deste delírio une-se ao estabelecimento das práticas autoritárias pela projeção da ameaça no inimigo externo, contra o qual vale tudo, inclusive o estado de exceção.

Ambos são pensadores cujas filosofias têm um ponto de origem na necessidade de lidar com a ascensão autoritária em suas sociedades (o nazifascismo e a ditadura militar brasileira). Ainda que haja intenso debate sobre comparar fenômenos do passado e o amálgama atual de obscurantismo intelectual, opressão individual (seja pelo Outro ou por si mesmo, na chamada subjetividade neoliberal⁷) e a ascensão de modos de vida autoritários, é mister observar que “os pressupostos dos movimentos fascistas, apesar do seu colapso, ainda perduram socialmente, mesmo se não perduram de forma imediatamente política” (ADORNO, 2020, p.45).

Mesmo com diferenças conjunturais, existiria uma dinâmica psíquica que, imbricada a estímulos sociais, faria indivíduos “comuns” abraçarem sem ressalvas práticas autoritárias. As análises adornianas sobre a sobrevivência do caráter fascista no interior de sociedades aparentemente democráticas mostram que os maiores riscos a estas não partem de ameaças externas, mas surgem nos meandros, em atitudes que passam desapercebidas no cotidiano e não chamam a atenção até ser impossível ignorá-las. Conforme Adorno (2020, p.48), a constatação à época (extensível aos dias atuais) é que “os apoiadores do velho e do novo fascismo estão hoje espalhados por toda a população”.

A separação “velho X novo” sugere que o fascismo apresenta uma dupla natureza, onde certos fatores permanecem relativamente constantes independentemente da conjuntura. Esta “essência” fascista não estaria em elementos externos e/ou racionais – e não se fala aqui da suposta “natureza humana” tendente ao ódio, mas da combinação entre instintos e processos que os acionam. É nisso que consiste a maior descoberta dos estudos adornianos: uma dialética interna ao fascismo, que muda e se plasma aos estímulos externos/históricos ao mesmo tempo que mantém uma estrutura de subjetivação coerente que lhe dá a coesão necessária para a corrosão da democracia pelo autoritarismo ocorrer sob a aparência de manutenção democrática.

A análise adorniana da sobrevivência social do fascismo permite, de pronto, uma ponte com análises da contemporaneidade brasileira sobre tema análogo: é possível o “fascismo à brasileira”? Para SAFATLE (2021, s/n), o processo atual mostrou que tal termo não era arma de propaganda política para a demonização do inimigo no campo social, mas define um núcleo autoritário-popular social brasileiro, um modo de viver no qual

Existe um fascismo brasileiro que é a marca da nossa história. A Ação Integralista Brasileira dos anos 30 tinha um milhão e duzentos mil membros. Para onde foram depois? Sumiram? Desapareceram? A Nova República fez acreditar que esse setor da sociedade brasileira já não se organizava, só que estamos vendo que não é verdade, porque todos os elementos fundamentais desse tipo de forma de fascismo, com seu culto à violência, da atuação e estrutura miliciana, a indiferença radical em relação aos grupos vulneráveis, com um tipo de transferência do poder para uma figura que está para além do bem e do mal, trata-se de uma conservação e de uma preservação tudo isso, é a nossa história, esse é o nosso real. Enquanto a gente não tiver uma clareza em relação a profundidade disso, não vai ter futuro. (SAFATLE, 2021,s/n)

Tal questão sobre o Integralismo já surge na pergunta de CHAUI (2013, p.22), similar à questão central deste texto: “Como um pensamento cuja debilidade teórica é gritante pode ser contraponteados pela eficácia prática? Ou, ao contrário, como uma dominação eficaz pode suscitar expressões teóricas tão inconsistentes”? Chauí considera que, nas análises-padrão sobre o tema, independente da posição no espectro político, produziu-se um espantalho: a ausência de substância conceitual do fascismo integralista brasileiro foi suficiente para não o levarem à sério como fenômeno social, havendo apenas oposição discursiva que colaborou no esvaziamento da análise. Talvez a resposta a Safatle seja: os integralistas permaneceram onde estavam, ensinando filhos e netos a repetir jargões; apenas *não foram levados à sério* como fenômeno

⁷ Para COSTA (2020, p.15), a passagem do capitalismo administrado ao neoliberalismo modifica o conceito de indivíduo, mas o resgataria como ideologia e não como possibilidade de realização da individualidade. O sucesso como responsabilização individual – e não como ajuste ao *socius* – provoca a identificação do indivíduo com a pessoa-modelo, e não com o modelo social apenas. HAN (2013, *passim*) nota que os sujeitos de desempenho nas sociedades neoliberais tornam-se, para além dos empresários de si mesmos, feitores de sua própria opressão pela pressão que exercem sobre corpo e mente para atingir padrões impossíveis que se auto-estabelecem como forma de provar a si e aos demais/concorrentes (o Outro) a capacidade de triunfar numa sociedade regida pela lógica da concorrência.

político *racional*. E é pelo fato de que eles nunca foram embora de fato que é preciso retornar às leituras chauinianas sobre a questão, por abarcarem o cerne da análise deste fenômeno.

Adorno constata algo similar: a falta de profundidade das análises políticas que tratavam do nazismo à época, pois deixaram de lado o componente psicossocial ou afetivo da mobilização política – incluindo a idealização do passado pátrio heroico ou a glorificação da Alemanha (ou Brasil) acima de todos - e focaram no apelo à razão dos atores políticos por um interesse maior, pela confiança no republicanismo, pela crença na solidez das instituições em Weimar, na República Velha⁸ ou na Nova República, ou até mesmo na superioridade dos portadores da Razão técnica sobre as demais pessoas. Pode-se dizer que tal padrão ocorre hoje.

Uma das lições que a era hitlerista nos ensinou é a de como é estúpido ser inteligente. Quantos não foram os argumentos bem fundamentados com que os judeus negaram as chances de Hitler chegar ao poder, quando sua ascensão já estava clara como o dia! [...] os inteligentes disseram que o fascismo era impossível no Ocidente. Os inteligentes sempre facilitaram as coisas para os bárbaros, porque são tão estúpidos. São os juízos bem informados e perspicazes [...], são os *statements* conclusivos e sólidos que são falsos.

Hitler era contra o espírito e anti-humano. Mas há um espírito que é também anti-humano: sua marca é a superioridade bem informada⁹. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.195)

Esta simultaneidade de modos fascistas de vida é análoga ao caráter multiprocessual e temporal do capitalismo¹⁰. Se o centro desta simultaneidade histórica dos processos capitalistas é a produção do próprio capital, o cerne do fascismo é a produção da identidade e a negação, em múltiplos níveis e modalidades, do Outro a partir da afirmação de valores nos quais o oprimido opera um processo de identificação com o opressor.

A recusa deliberada à dita razão e tal identificação com a negação do semelhante cria o espaço imaginário onde homens e mulheres ditos “comuns” sentem-se representados e empoderados. Mesmo um governante autocrático mostrando-se um néscio, ele será visto, por seus apoiadores, como alguém autêntico, que rompe a linha privado/público - alguém tão real como ele ou ela mesma, dentro do conceito de “pequeno grande homem” conforme Adorno (2015, p.172).

O amálgama de autoritarismo, capital e obscurantismo gera e produz um processo que atravessa a dimensão sociopolítica de todo grupo social, mesmo que este tenha o tamanho do indivíduo. Os populismos atuais¹¹ crescem neste cenário, mas são eles mesmos o suporte desse cenário, o tecido que permite a expressão de características individuais e coletivas que tendem a refletir o desejo individual em pertencer às cadeias que o oprimem durante a vigência do processo de opressão, levando à recusa das visões de mundo organizadas (éticas, epistêmicas, políticas, etc.) por formas de pensar mais adaptadas a pensamentos preconcebidos

⁸ Cfe. DE DECCA in SANTIAGO, 2017, pp.76-80

⁹ Esta “marca” parece dialogar com o discurso da competência existente no pensamento social e nas relações de poder na sociedade brasileira. É visível que o anti-intelectualismo percebido nos ataques às universidades, à ciência, etc., possui componentes de ressentimento.

¹⁰ Exemplo: a produção de mais valor na economia do compartilhamento ocorre simultaneamente ao trabalho análogo à escravidão em vários lugares do mundo. Remete-se à afirmação de Horkheimer (*Os Judeus e a Europa*): “quem não quer falar sobre capitalismo também deveria se calar sobre o fascismo” (HORKHEIMER apud REPA, 2017, p.95). Mais uma razão para a escolha dos pilares da análise: sua herança marxiana, mesmo de formas próprias, e a pesquisa sobre cultura e sociedade sem abandonar as lutas de classes e a análise do capitalismo como motor analítico.

¹¹ Populismo, aqui, não é o elemento lógico da política e da associação livre de demandas não atendidas numa sociedade, aglutinadas em palavras de ordem ou significantes vazios, mas a estrutura de poder que tem, como características, a eliminação das instâncias de moderação na relação governante/governados, a tutela, o favor e o clientelismo como guia das relações pessoais, a influência e interpenetração ideológica como constituinte dos laços sociais. Nesta chave, o populismo é incompatível com a realização plena do ideal democrático e não deve ser confundido com o denominado trabalhismo nacional, um tipo mitigado de socialdemocracia, baseado na concórdia da classe patronal com uma fatia do proletariado relativamente qualificado.

já aceitos por este indivíduo e por seu grupo, como códigos de entendimento da realidade. Mas há algo além da pulsão por ser dominado ou a adoção irrefletida de ideologias ou comportamentos de manada.

Neste sentido, a contribuição de Chaui torna-se central ao diagnóstico, visto abordar elementos hoje visíveis no país, como:

a) A “epistemocracia” (BIANCHI, 2021a) gerada pela ideologia da competência¹² difusa na sociedade, onde o detentor do poder é visto como detentor do saber simultaneamente, mesmo que tal correspondência não ocorra;

b) O diagnóstico sobre o autoritarismo social e a violência inerente às relações interpessoais, interclasses e grupos sociais, constituintes da sociabilidade brasileira desde a colonização até a formação da classe média neopentecostal atual, passando pelo Integralismo e pela incorporação cotidiana do ideário neoliberal; e

c) A análise sobre o populismo brasileiro e as características da chamada “servidão voluntária”, articuláveis às ideias adornianas sobre o papel do ressentimento e da projeção do oprimido no opressor.

Mas um elemento mostra-se profícuo para a aproximação dos autores: sua compreensão da ideologia não como falsa realidade que encobriria verdades seguras - bastando ao intelectual desvelar a Verdade à massa ignara - mas como dinâmica de pensamento, “organização de opiniões, atitudes e valores – um modo de pensar sobre o homem e a sociedade” (ADORNO, 2020, p.73), fruto de processos históricos e eventos sociais contemporâneos, operando diferentemente em cada indivíduo e, por causa disso, formando uma *coesão das diferenças*. Para Adorno (2009, p.289), “com a sociedade, a ideologia progrediu a tal ponto que ela não é mais ilusão socialmente necessária e autonomia como sempre frágil, mas simplesmente como cimento: identidade falsa entre o sujeito e o objeto”.

Já Chaui (1981, p.11), ao considerar a ideologia “um conjunto lógico, sistemático e coerente, de representações (ideias e valores) e normas ou regras de conduta que indicam aos membros da sociedade o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” ressalta suas duas características fundamentais: ser um fenômeno objetivo e subjetivo simultaneamente e ter uma lógica “lacunar, ou seja, nela os encadeamentos se realizam não a despeito das lacunas ou dos silêncios, mas graças a eles” (2016, p.247): ter um discurso tão vago na prática que quem o escuta projeta sua própria demanda no espaço vazio sem a necessidade de dizê-lo. Em ambos, a força da ideologia vem da recusa da realidade e do amálgama entre tendências individuais e estímulo social operando na construção do modo de viver, ou da existência de “uma maneira de pensar autoritária que produz uma ideologia que se apresenta como projeto político”. (CHAUI, 2013b, p.22)

A partir destas balizas teóricas, pode-se afirmar que o fluxo de informações inexatas amalgamadas com crenças e visões de mundo individuais, reforçando convicções prévias, é elemento crucial para a produção do *modo de vida* que, em si, é o próprio autoritarismo que hoje está espalhado pela sociedade, em especial a brasileira. O chamado *fake* tornou-se o signo que define o *ethos* social, operante no aprofundamento da aliança entre capitalismo e autoritarismo populista que necessita da dissolução da fronteira entre *doxa* e *episteme* e da adoção do Si Mesmo como único critério de verdade. A realidade *fake* é o terreno onde indivíduos operam concretamente, pois produção de ideia e produção de ação ocorrem simultaneamente. Para avançar

¹² Para BIANCHI (2021a), tal relação saber-poder também é abordada por SOHN-REHTEL (1978), porém, pela visão chauiniana estar posicionada num ponto periférico do capitalismo mundial, permite observar mecanismos de opressão sob a ótica das sociedades que sofrem mais brutalmente a convergência entre racismo, capitalismo e patriarcado, criando formas mais violentas de exclusão social e epistêmica.

neste processo, deve-se retornar a um ponto-chave do pensamento adorniano: o processo de construção psicoideológico do tipo autoritário e por que razão este se enxerga como o portador do Bem e da Verdade.

2. Autoritário do “Bem”

Indivíduos e sociedades que lidam com a ascensão do autoritarismo nas esferas macro (por seus governantes) e micro (nas relações sociais) criam uma percepção do mundo ao redor influenciada pelas práticas cotidianas, eivadas pelas ideologias econômicas de afirmação do Eu (hoje, especialmente, pelas que caracterizam o neoliberalismo como estágio atual do capitalismo, como a gestão empresarial de si mesmo e o sujeito como *work in progress*, mas também pela ideologia do *self made man* que perpassa este modelo econômico¹³) e pela negação deliberada do Outro. A subjetividade é definida pela recusa de atitudes ou pensamentos que contrariem emoções e opiniões já estabelecidas. As relações sociais, impregnadas desta lógica, condicionam o indivíduo a agir nestes parâmetros, criando uma bolha social (*online* e *offline*, em termos atuais) onde suas opiniões já estão previamente referendadas. Ao mesmo tempo, a existência e eleição do Outro como inimigo necessário é essencial na construção desta bolha e identidade autorreferentes, racionalizando pulsões destrutivas e opiniões enviesadas que encontram no ódio ao diferente uma válvula de escape para suas contradições internas. O indivíduo adquire coesão – e obnubila seu conflito interno – ao atribuir ao diferente de si mesmo características contraditórias simultaneamente¹⁴.

Nos *Estudos*, Adorno conclui que esta disposição¹⁵ do Eu abriga um conjunto de propensões ao autoritarismo, ao ressentimento e ao preconceito adquiridas pelas relações sociais, estimuladas pela dinâmica social predominante e pelas manifestações hegemônicas na cultura de grupos e “massas”¹⁶.

Na Escala F, é possível elencar algumas tendências que não ocorreriam isoladamente: convencionalismo; submissão acrítica a autoridades; agressão autoritária; anti-intracepção; superstição e estereotipia; “dureza” como rigidez de comportamento e indicativo de resistência a provas e dificuldades; destrutividade e cinismo; projeção dos medos sobre o outro (ou sobre o fantasma do outro) e preocupação exagerada com condutas, discursos e significantes sexuais.

¹³ Retornando ao tema da nota 7, para COSTA (2020, p.15) o tipo antropológico autoritário da época adorniana apenas se ajusta ao contexto autoritário do capitalismo monopolista administrado norte-americano via fragilidade do Eu, projeção externa do Superego e manipulação social do Id. Porém, as ideologias principais hoje operam sob as lógicas do discurso da meritocracia (qualquer um pode conseguir desde que se esforce o suficiente), do aumento do privilégio e do aumento desenfreado da pressão sobre indivíduos cada vez mais sobrecarregados. A constituição da subjetividade neoliberal implica tornar cada indivíduo cada vez mais responsável por seu fracasso, pois o sucesso – realizando aqui outra ponte com HAN (2013) – é a confirmação da Verdade do sistema e o fracasso é culpa/dívida individual projetada no Outro. Afinal, o rótulo de “perdedor” ou “loser” (a palavra mais usada por Trump, por exemplo) pertence ao Inimigo.

¹⁴ Para ADORNO *et al.* (2019, p.307 e cap.XVI), pessoas propensas ao ideário antissemita muitas vezes justificavam seu preconceito declarando, na mesma construção mental, características paradoxais como estes serem, ao mesmo tempo, comandantes do governo econômico oculto do mundo e serem parasitas sociais, associados à pobreza e à incapacidade de obterem sucesso financeiro na sociedade capitalista dos anos 1940-50 nos EUA. Comparativamente, é o discurso reproduzido em afirmações como a de que um ex-líder do Poder Executivo no Brasil é simultaneamente “burro” por não ter cursado faculdade e “gênio” por ter supostamente criado um esquema de corrupção sofisticado. As afirmações são opostas, mas isso não parece fazer diferença aos indivíduos que precisam acreditar nelas para confirmarem seus pontos de vista.

¹⁵ A personalidade autoritária não é traço psicofísico, mas dinâmica psíquica onde traços libidinais e ideacionais associam-se a atitudes preconceituosas, ressentidas e autoritárias. O estudo realizado pelos pesquisadores de Berkeley junto com Adorno e Horkheimer buscou correlações de predisposições políticas vinculadas a ideologias autoritárias e antidemocráticas com determinadas tendências psíquicas mais profundas, pouco conscientes ou inconscientes na sociedade estadunidense após a II Guerra.

¹⁶ É interessante lembrar que o conceito de Indústria Cultural, que substitui a expressão “cultura de massas”, foi desenvolvido por Adorno e Horkheimer concomitantemente a diversas fases da pesquisa que resultou na *Personalidade Autoritária*.

Tais categorias são amplamente conhecidas e, nos últimos anos, resgatadas, sendo proveitoso analisar seu arranjo psicossocial e ideológico materializado nas classes sociais mais acolhedoras a estes fatores, chamadas genericamente de “cidadãos de bem”. O usual é considerar que maiores pontuadores nos questionários (que aferem etnocentrismo, conservadorismo político econômico, antisemitismo/preconceito étnico-racial e, por fim, a correlação entre predisposições políticas vinculadas a ideologias autoritárias, antidemocráticas - fascistas, no limite - e tendências psíquicas mais profundas, pouco conscientes ou inconscientes) seriam mais identificáveis com a síndrome autoritária. Porém, a complexidade do quadro faz com que tal potencial autoritário também surja de locais inesperados.

●
●

Na maioria das abordagens do problema dos tipos políticos, pode-se distinguir entre a concepção da ideologia e a concepção das necessidades subjacentes na pessoa. Embora ambas possam ser pensadas como formando um todo organizado dentro do indivíduo, elas, todavia, podem ser estudadas separadamente. As mesmas tendências ideológicas podem ter diferentes fontes em diferentes indivíduos, e as mesmas necessidades pessoais podem se expressar em diferentes tendências ideológicas. (ADORNO, 2019, p.143)

Mesmo havendo circulação de conteúdos e ideologias antidemocráticas no tecido sociocultural, a formação das ideologias antidemocráticas na esfera individual estaria imbricada à visão individual ou à visão global que indivíduos com acesso à informação constroem sobre o mundo¹⁷. O embate entre informação, viés e formação pessoal/familiar estrutura o processo de ideologização: “há certamente indivíduos que adotam para si ideias de mais de um sistema ideológico existente e as costuram em padrões que são mais ou menos unicamente seus” (ADORNO, 2019, p.73).

2.1 O Bem: tudo que os Outros não são

Adorno mostrará as principais características destes grupos, parcialmente identificados com classes médias urbanas¹⁸ (ADORNO, 2019, p.229 e 304), ao elencar Tipos e Síndromes autoritários¹⁹. A formação dos indivíduos e grupos autoritários seria produto da interação do clima cultural de preconceito com respostas psicológicas a este estímulo. Dentre estas angústias sociais (justificadas ou não), destaca-se o ressentimento difuso ou superficial: o ressentido utiliza arsenais de fórmulas prontas para racionalizar este sentimento e lidar com as dificuldades de sua existência. Ele não vê – ou não reconhece - seu preconceito (sempre declara “acolhimento”, “ter amigos” homossexuais, negros, respeitá-los ou respeitar mulheres no ambiente de trabalho, etc.), mas busca justificativas pseudorracionais para marcar sua diferença ou pseudossuperioridade (nunca reconhecida a contento, em sua visão) em relação ao Outro.

Em momentos de crise econômica e social, os integrantes desse grupo percebem a perda de *status* e poder aquisitivo, mas por não entenderem ou rechaçarem a compreensão da lógica de exclusão que move o capitalismo, mostram-se adeptos da “teoria do bode expiatório”. Seu insucesso não é problema do sistema ou de falhas suas – ou até de maior capacidade de outrem, mas sempre de “privilegios” dados aos “inferiores”. Adorno chega a usar uma figura conhecida para exemplificá-lo, o “pai de família descontente e resmungão

¹⁷ A própria forma do acesso à informação opera como elemento valorativo e validativo desta. Um exemplo são redes sociais de personalidades como Trump ou Bolsonaro, cujas fontes de validade e verdade da informação são os próprios emissores; para seus seguidores fiéis, eles não mentem, porque a verdade se produz em seu discurso.

¹⁸ É o mesmo “público-alvo” do discurso integralista, caracterizado por SANTIAGO (2017, p.79) como discurso autoritário que “apresenta uma proposta política dirigida à classe média urbana”. Pode-se relacionar a “expansão da classe média brasileira” - mesmo havendo ressalvas sobre este processo – que abraçou o neopentecostalismo neoliberal e a ideologia da competência e o reavivamento do discurso moldado para satisfazer ânsias autoritárias dormentes nesta fatia do eleitorado.

¹⁹ Para ADORNO (2019), estas categorias marcam apenas traços gerais de comportamentos que coexistem na prática. A tipologia em si (psicológica, sociológica, estrutural, etc.) traz risco de tomar o extremo como modelo e fazer nuances intermediárias desaparecerem, o que os autores buscaram evitar na estrutura de sua tipologia, que parte do social ao individual. Por isso, ocorrem sobreposições categoriais na análise tipológica das personalidades autoritárias: um ressentido pode ser, ao mesmo tempo, convencionalista e alucinado, por exemplo.

que se alegra que outra pessoa possa ser culpada por seus próprios fracassos econômicos” (ADORNO, 2019, pp 534-535): ele pode não estar numa boa situação, mas se alguém próximo está pior, já é o suficiente.

Porém, além deste pai caricato, tais características são familiares a quem preza pelo convencionalismo nas relações sociais. Aliás, familiar é o termo definidor: família tradicional, papéis tradicionais de masculinidade (o homem viril e “comum”, que busca um emprego seguro) e feminilidade (recatada, limpa e do lar). Funções definidas e temor profundo em ser diferente dos padrões sociais dominantes trazem aceitação fácil de prejulgamentos e valores do grupo maior (sem análise crítica), vistos como dados da natureza e sinais de decência e civilização – atributos de definição dos integrantes do grupo em relação ao Outro. Temem ser associados com extremos e minorias são aceitas se assimiláveis. Lutas sociais são bem-vindas, desde que sejam para integração à comunidade, não para a contestação destes padrões econômico-sociais.

Este apego ao convencional é acompanhado pela adoração a figuras de autoridade que pode ser explicada tanto pelo mecanismo freudiano de projeção narcísica do Supereu²⁰ como pela proposta de Ferenczi da identificação com o agressor²¹, uma resposta-padrão a situações de insegurança física ou social, como a atual mudança do capitalismo das sociedades administradas para sociedades de controle do capitalismo neoliberal. A identificação/admiração da autoridade (ou a incapacidade de dirigir seu ódio a esta) faz com que este sujeito canalize suas pulsões destrutivas contra o mais fraco ou em maior vulnerabilidade social e pessoal, que, em sua mente, pede por isso. Esse mecanismo de transferência opera como defesa perante a realidade. Conforme GANESHA (*apud* COSTA, 2020, p.15),

Ferenczi formulou como “a identificação com o agressor” é uma resposta típica a condições de insegurança social e emocional generalizadas. Afinal, o capitalismo neoliberal envolve, como característica central, a destruição direta de toda uma rede de segurança social por meio do que Harvey descreve como privatização e mercantilização, financeirização, gestão de crises e redistribuição da riqueza aos mais ricos. O efeito combinado desses quatro processos de neoliberalização é profundamente traumático, na medida em que aprofundam e aceleram a luta pela existência que sempre constituiu a insegurança que caracteriza o capitalismo em sua essência. Como forma de sobreviver a tais condições chocantes, pode-se dizer que os sujeitos se identificam esmagadoramente não com aquelas forças sociais que desafiam de forma robusta com condições de solidariedade contra aquelas formas similares de exclusão estrutural -, mas com as próprias forças sociais que mantêm e se beneficiam dessas estruturas. Pode-se dizer que eles introjetam a culpa do agressor pelas próprias condições da crise.

É o visto em discursos como o de que pessoas são pobres por não se esforçarem o bastante, ou mulheres “pedirem por assédio”, ou nos comportamentos que reforçam preconceitos estruturais de classe, etnia, gênero, sexualidade, etc., vindo inclusive daquela@s que os sofrem. O ressentimento vira vontade de desferra contra o mal ou o perigo que enxergam em volta. O medo, afeto-base destas formações pessoais e sociais - seja o medo de perder o que se tem ou o de não controlar os próprios desejos – adquire caráter belicoso na chamada *Síndrome do Alucinado*: a necessidade da segurança no *ingroup*²² fomenta a tendência a abraçar preconceitos cada vez mais radicais, narrativas conspiracionistas e divisão do real pelo critério

²⁰ É a partir desta projeção ou noção alargada de si mesmo operando para fora de si, que mantém seu funcionamento regulado pelo princípio do prazer, evitando quaisquer conflitos e ambivalências, que Adorno teoriza que o portador da síndrome autoritária escolhe seus líderes e autoridades, como que ocupando o lugar do SuperEu fora do indivíduo, personalizado na figura de liderança.

²¹ Conforme MENDES, FRANÇA (2012), Ferenczi descreve uma clivagem psíquica onde o medo da criança diante da autoridade e da força do adulto pode provocar uma perda de consciência que paralisa reações normais de repulsa ou resistência à agressão e impossibilita o recurso a qualquer tipo de defesa contra o desprazer. Nesses casos, a solução encontrada pelo psiquismo é tornar o agressor intrapsíquico. Outra configuração possível da identificação com o agressor ocorre quando a parte violentada e frágil é considerada insuportável e, então, é projetada ao exterior. O resultado é o indivíduo tentar destruir o que projetou no mundo externo, agindo, ele próprio, como abusador, mimetizando o comportamento do agressor, geralmente com alguém que considera semelhante a si mesmo quando submetido à agressão. (MENDES, FRANÇA, 2012, s/n). Este segundo processo soa mais adequado a descrever a projeção que opera nos indivíduos acometidos pela síndrome autoritária.

²² Como este comportamento opera por mecanismos de pertencimento e hostilidade, entende-se porque é tão simples às pessoas isolarem-se em bolhas que reforçam suas convicções prévias. O critério de verdade é o viés de confirmação do que já se está convencido ideologicamente, seja à esquerda como à direita.

cínico, uma recusa deliberada em separar rigidamente fatos e versões. A realidade ganha caráter duplo: ora é o esmagador vilão contra o qual o injustiçado precisa se revoltar, sob pena de perder sua liberdade idealizada, ora é aquilo que os “poderes” buscam esconder das pessoas: o conhecedor da realidade e da verdade seria o injustiçado.

Todas estas síndromes possuem contrapartes em ditas personalidades progressistas, mas que repetem tais estereótipos nas práticas sociais, como o punitivismo e moralismo excessivos; os discursos progressistas não materializados em práticas, por exemplo; o complexo de culpa cristã-classe-média imiscuído nas lutas sociais e seu gêmeo siamês, o ativista de si mesmo que se rebela contra tudo que pareça ser tirania sem avaliar contextos; e, por fim, pessoas agindo como se os fundamentos sociais já garantissem permanentemente os ditos valores universais. Mesmo numa dinâmica de sinais trocados, pois existiria certo conflito do individualismo excessivo de alguns destes tipos com a dissolução do Eu no grupo que caracteriza outros, a determinação do valor e da coerência de tais indivíduos opera por contraste.

No processo de afirmação deste *self*, a forma mais eficaz de lidar com a diferença (seja social, pessoal ou econômica) é negá-la diretamente. Porém, isto coloca como único parâmetro de referência o si-mesmo como a negação das negações realizadas. A verdade sobre si, sobre o mundo e o Outro é a que o sujeito escolhe ou se sente seguro que seja verdadeiro ou digno de crédito, a partir do que busca rechaçar.

O “cidadão de bem” não é definido pela afirmação positiva de virtudes, mas pela recusa dos valores associados ao “inimigo” – sejam quais forem, da ciência e conhecimento aos direitos humanos - e, a partir de tal recusa, a definição de seu conjunto de verdades, ressignificando elementos do sistema social de maneira que, ao menos para si, não é contraditória, pela relativização completa do conceito de verdade e sob a aparência da liberdade de expressão. O “bem” que caracteriza tal pessoa é o que o Inimigo não é.

2.2 Cínico de Bem

Nesta listagem de sintomas que, conjuntamente, constituiriam uma síndrome psicológica social e individual para Adorno, o cinismo²³ é o elemento conector da agressividade com a racionalização desta. Quanto mais a racionalização ou justificativa seja distante ou genérica, mais cínico é o contraste estabelecido com a brutalidade da ação particular. O cinismo opera como falsa consciência esclarecida, recusa deliberada entre verdadeiro e falso visando organizar psicologicamente as contradições que operam na personalidade do indivíduo, que precisa lidar com a vontade de satisfazer seus impulsos destrutivos contrapostos aos ditames e comportamentos socialmente aceitos²⁴.

Desta forma, habitaria no tipo autoritário um desejo de destruição inseparável das formações sociais que, dialeticamente, o direcionam e são direcionadas por este, criando mecanismos de opressão de si e dos demais na busca pela satisfação das demandas do desejo - satisfação impossível plenamente nas sociedades capitalistas e em suas variações de controle neoliberal. Confrontado com o paradoxo da realidade, o indivíduo adota uma postura onde a própria crítica a tais paradoxos opera como elemento resolutivo destes, e a vontade de destruição aponta não na direção do paradoxo, mas na do Outro.

²³ Este cinismo não é o dos filósofos antigos, na busca da vida ligada à Natureza, nem o dos iluministas, que o associam (e a seu principal nome, Diógenes) à superação de preconceitos, à autonomia do indivíduo, à crítica às autoridades religiosas e seculares e ao universalismo. Tampouco a visão nietzschiana sobre o tema, o associando à negação radical e consciente da moral e de “verdades” ou “mentiras” preestabelecidas em nome da afirmação da vida, dá conta plenamente do problema. Hoje, a razão cínica e pessimista reforçar os constructos contra os quais Nietzsche quis usá-la. O cinismo adorniano, conforme referido por Chauí (2021, online), é a recusa deliberada em separar verdadeiro/falso, ou, analogamente, real/*fake*.

²⁴ Adorno mantém o recorte freudiano do conflito repressão das pulsões *versus* formação do Eu que consiga lidar com estas *versus* acúmulo de ressentimento pelo fato de não conseguir realizá-las.

O conflito de todos contra todos – e cada um contra si mesmo, pois parece haver ligação de tal conflito externo com uma fratura no indivíduo que o coloca na posição de ser tirano de si mesmo –nas sociedades atuais sugere que tais mecanismos de opressão sofreram modificações qualitativas: há um impulso do indivíduo acometido pela síndrome (que ocupa uma dupla posição como pessoa e integrante do grupo) em construir para si um sistema-mundo – uma compreensão do real - onde o único referencial de verdade, segurança e realidade seja ele mesmo, o que ressolveria, mesmo superficialmente, contradições e fraturas de sua personalidade e os paradoxos com a realidade.

Este processo é potencializado pela transformação ocorrida no capitalismo neoliberal²⁵ com a criação da figura do empresário de si, o indivíduo alçado à posição de *work in progress*. Pode-se, então, estender este raciocínio à produção da subjetividade econômica e da relação indivíduo-mundo. A economia prega a liberdade de concorrência do mercado como fundação das relações humanas e os indivíduos passam a operar nesta lógica. Se a produção de valor oscila do tangível ao intangível ou especulativo, a mercadoria passa a ter caráter rarefeito, corporificada no trabalho executado para sua produção e no próprio trabalhador. Surge o empresário de si, que oferta *habilidades* no mercado social.

Ser empresário de si significa mudar os modos de socialização e a relação humano-trabalho, além das formas de compreensão de si mesmo e da subjetividade. Nesta sociedade, a mentalidade do empreendedor e do desempenho máximo reside e opera em todo campo vital (ensino, trabalho, relações pessoais e sociais, sexualidade, saúde, etc.): uma sociedade-empresa formada pelo conjunto de empresas-indivíduos que competem no mercado ao qual a sociedade foi subsumida. A tensão que move o social é o tênue equilíbrio entre fomentar a competição – e o aumento da produtividade pessoal – sem a guerra comercial de todos contra todos desembocar num confronto *de facto*.

Para evitar o caos, a máscara ideológica se sofistica: o *ethos* empreendedor, da concorrência generalizada, baseia-se numa leitura extrema do liberalismo onde o estado natural é a competição, o jogo. É uma ética do vencedor, da virilidade, da força e do sucesso como sinônimo de existência digna.

Porém, tal equilíbrio tende a desaparecer, e a guerra comercial torna-se guerra total, alimentada pela necessidade da criação da ilusão de triunfo do indivíduo-empresário nesse *ethos* competitivo. A ideia do esforço individual como suficiente para triunfar esbarra na impossibilidade fática desta premissa, atirando o indivíduo num duplo movimento de fadiga em relação à exigência desta produtividade extremamente a cristalização da subjetividade: negar o diferente torna-se estratégia de sobrevivência pessoal, meio encontrado para lidar com este contraste.

O papel do comportamento cínico neste processo é o de permitir o desencantamento e a dissolução do que seriam regras normativas de padrões de condutas coletivos (o que facilitaria a adoção de conjuntos de verdades contingentes mais moldáveis aos cenários metaestáveis de competição) e, paradoxalmente, o reforço das estruturas de opressão social pelo fato dos indivíduos enxergarem sua *falsidade* como critério de verdade, ou nas palavras adornianas, “o falso é o índice de si mesmo e do correto” (ADORNO in BLOCH,

²⁵ Conforme DARDOT, LAVAL (2014, *passim*), no neoliberalismo os sujeitos são regidos pelo princípio universal da concorrência generalizada. Se nas sociedades disciplinares as emoções eram *empecilho* (desde o desapego do ser em relação a seu trabalho até o ditado de que “Homem – trabalhador, provedor, macho - não chora”), no capitalismo atual emoções são *fundamento* do sistema. A ortopedia concentrada pressupunha a criação da máquina sem sentimentos a partir da massa informe, seja por treino dos corpos ou desvio da pulsão. Mas a expansão desenfreada do capitalismo, o avanço tecnológico e a ascensão do setor de serviços como motor econômico estimulam a produção dos desejos e liberam os corpos, promovendo a individualidade massificada. A fábrica tornou-se empresa; o chefe ou capataz, gerentes; o proletário, empresário de si mesmo. O estímulo ao trabalho ocorre por reforço de emoções positivas e catalogáveis. Conforme HAN (2013, p.46), a psicopolítica neoliberal captura a emoção para influir nas ações neste nível pré-reflexivo. Pela emoção, chega-se ao mais profundo do indivíduo.

1996, p.29). Aqui, Adorno aborda o cinismo nietzschiano de modo inesperado: o poder do falso dá um panorama do presente distópico, mas sem fornecer um quadro do que seria verdade neste presente.

O cinismo permite a administração da insatisfação com o modelo social vigente, funcionando como escape às pulsões destrutivas e permitindo seu direcionamento ao não-ídêntico: não há contradição entre a aparente obediência à norma social (pois intui-se a necessidade de segui-la, mesmo aparentemente) e a ruptura de seu princípio normativo regente - para a manutenção formal deste²⁶. Para Adorno e Horkheimer, o cinismo e o totalitarismo são originados e validados num processo interno à chamada democracia liberal burguesa.

Ao subsumir tudo que é espiritual sob os propósitos da propaganda e da dominação, faz-se possível ao cinismo desfrutar de uma boa consciência científica. As relações entre as declarações de Mussolini e o tratado de Pareto são bem conhecidas. O liberalismo político tardio e seu conceito de liberdade de opinião, em todo caso, já trazia certa afinidade com o relativismo – a cada um é permitido pensar o que desejar, pois pensam somente o que é mais favorável a seus interesses ou sua autoafirmação, independente de sua verdade – esse liberalismo não é de forma alguma imune a tais perversões do conceito de ideologia. Isso prova que o domínio totalitário não se opõe à humanidade de fora, por ação de pessoas em desespero, ou é um grande acidente de percurso no caminho ao progresso. O que ocorre, na realidade, é que as forças destrutivas se desenvolvem no âmago da nossa cultura. (ADORNO, HORKHEIMER, 1973, pp.194-195, trad. nossa)

Assim, a afirmação de Chaui (2021, *online*) de que o cinismo é um cerne do autoritarismo bolsonarista, por ser uma recusa determinada e deliberada em distinguir verdadeiro e falso, “fazendo da mentira a arte de governar” é precisa, vide a postura de ódio ao pensamento (ou ódio à distinção verdadeiro *versus* falso) que regimes neofascistas promovem em seus integrantes²⁷.

2.3 Crueldade de Bem

Tal problema na distinção verdade/falsidade é acompanhado da cesura das pulsões e impulsos destrutivos ou “proibidos” (ADORNO, 2019, p.380) com a tentativa de racionalizá-los. O resíduo desta fratura, ou o fato da razão não abranger plenamente esta pulsão de destruição, aparece no tipo Manipulador (caso extremo de cinismo onde relações políticas são estruturadas na lógica amigo-inimigo e que demonstra completa ausência de empatia, cumprindo tarefas e até fazendo chacota com o sofrimento alheio, que interpreta como sinal de fraqueza) e na figura do pseudoconservador, cuja psique submissa à autoridade e tendente ao convencionalismo deixa uma vontade de destruição passivo-agressiva²⁸ residual, esperando a hora de se manifestar. O pseudoconservador (também chamado de pseudoliberal ou até pseudoprogressista, pois sua dinâmica psicossocial não é confinada a posições políticas) aparece não por ser um tipo novo, mas pelas condições sociais objetivas tornarem muito mais fácil a expressão e localização do discurso associado a este tipo específico, que parece ter uma compulsão incontrolável por emitir opiniões sobre todo e qualquer assunto (ADORNO, 2019, p.363).

Tal pseudoconservadorismo consiste na apropriação discursiva dos valores políticos tradicionais e na transmutação de seus significados em seu oposto, dando vazão aos desejos destrutivos: o mantra da liberalidade na economia e o conservadorismo nos costumes define precisamente como esta transformação opera. O pseudoconservador é alguém que, “em nome da preservação dos valores e instituições tradicionais

²⁶ Num recurso à literatura, o cinismo é como a novilíngua orwelliana e seus oximoros “Guerra é paz, escravidão é liberdade, ignorância é força” no cerne da sociedade neoliberal. Ou, talvez numa abordagem filosófica, a desculpa de Eichmann de que somente cumprir ordens seja similar à ideia de que, cinicamente, o indivíduo sabe o alcance do que faz, mas prefere não se importar.

²⁷ Supõe-se certa diferença entre apoiadores de regimes fascistas e neofascistas que tenham ganhos materiais e ganhos psíquicos com o autoritarismo. Na ascensão atual da nova direita, os estímulos psicológicos sobre indivíduos geram regozijo com a desgraça alheia mesmo que o indivíduo sinta na pele e tenha noção de que sua vida ficou mais pobre ou mais difícil material e psicologicamente.

²⁸ Reforça-se que o pseudoconservador não lamentaria passar por privação ou sofrimento, como fome, miséria, etc., desde que o objeto de seu ódio (o integrante do *outgroup*, a minoria, quem ele adora detestar) esteja pior.

[...] e da defesa deles contra perigos mais ou menos fictícios, consciente ou inconscientemente visa à sua abolição” (ADORNO, 2019, p.381)

Como é frequente a identificação personalista com a autoridade manipuladora, o pseudoconservador mimetiza comportamentos do líder ou do exemplo de sucesso que elege, mas com mais ênfase, visando reforçar seu pertencimento, submissão ou identificação com o que considera valores e comportamentos das camadas sociais “certas”²⁹ (ADORNO, 2019, p.395). Toda projeção de preconceitos e radicalismos torna-se espalhafatosa e agressiva, assim como a crueldade e falta de empatia do tipo manipulador tornam-se agudas e violentas no pseudoconservador como uma declaração à sociedade de que tal sujeito é como seu líder – ou que o líder é como ele. Os sistemas de justificação acionados por este sujeito tecem uma compreensão da realidade onde não há contradição entre ideia e ação e o apaziguamento das tensões internas ocorre por projeção do ódio contra o inimigo.

Esta identificação forçada com o líder e com a classe social que está acima é plena de exemplos na estrutura social brasileira, notadamente na formação das classes médias urbanas, conforme Chaui (2000). O autoritarismo social está mascarado nos mitos do país pacífico e ordeiro que acolhe todas e todos que vierem, desde que queiram trabalhar para a manutenção deste paraíso onde o ódio social de qualquer espécie não prospera³⁰, pois Deus mesmo é brasileiro. Os ocultamentos de classe, etnia, gênero, etc., permitem a negação da crueldade daqueles que ocupam postos de comando ou que almejam demonstrar seu pertencimento a estes estratos no mesmo instante que ocorre. Esta seria a chave do entendimento do comportamento da classe média brasileira e do mimetismo³¹ dos hábitos supostamente associados às classes altas por parte de quem ascendeu economicamente recentemente. De acordo com a autora, poucas frases representam tão precisamente este *ethos* da hierarquia e da crueldade social no Brasil do que “você sabe com quem está falando?”.

3. Epistemocracia

Outra estrutura da realidade *fake* e da dissonância cognitivo-informacional do cidadão de bem é o conflito social/pessoal saber *versus* poder. Negar deliberadamente a divisão do pensamento ou conhecimento em verdadeiro-falso também compõe o processo de hierarquização social e reforço de estruturas autoritárias denominado por Chaui como discurso competente, estruturado num recorte definido de autoridade: quem pode falar sobre qualquer assunto ou situação é o especialista, situado no topo de certa hierarquia sócio-organizacional. Por trás deste discurso, existe uma ideologia de competência, o conjunto de representações e regras que condicionam a faculdade de pensar e agir de forma que as pessoas confirmem ou até mesmo contestem tais ditames sem perceber, reforçando-os no processo sob a aparência de autonomia e consciência do sujeito.

Exemplo: o noticiário econômico. As opiniões d@s analistas são majoritariamente similares, mas tudo que falam é aceito como verdade por estarem revestidos do poder da especialidade. Executivos de bancos, mercado financeiro, formados em universidades conhecidas, etc., num meio que, por si, concentra

²⁹ Exemplo: o discurso patriótico de setores da sociedade brasileira que, simultaneamente, mostram ojeriza às expressões de brasiliade e buscam reproduzir valores patrióticos de países hegemônicos como EUA, Israel – por questões religiosas - e nações europeias. Como dito pelo embaixador brasileiro Juraci Magalhães, durante a Ditadura civil-militar, “o que é bom para os EUA é bom para o Brasil”.

³⁰ Conforme SCHWARCZ (2019, p.55), “esse tipo de narrativa histórica representa a projeção simbólica de uma espécie de civilização, uma certa ordem, uma determinada harmonia social, capaz de assegurar a continuidade desse mundo que, na verdade, jamais existiu”.

³¹ Há mimetismo na forma da apresentação da verdade, pois o cidadão de bem, ao construir sua realidade *fake*, segue um elaborado ritual de validação de suas crenças, envolvendo-as num manto pseudocientífico, como já abordado.

credibilidade. Como a audiência já está previamente convicta da verdade do especialista, ignora-se, por exemplo, que o banco anuncia no telejornal. As correlações de forças, poder e interesse são ocultadas pelo argumento de autoridade implícito no discurso.

Simultaneamente, esta relação de autoridade e posse do conhecimento pelo especialista, um “demiurgo” para muitos, gera certo ressentimento em alguns grupos sociais, que hoje negam o discurso do especialista científico e valoram o senso comum como verdade inquestionável. Estudos científicos e correntes em redes sociais passam a ter valor equivalente.

Porém, nem sempre quem abraça o discurso antiespecialidade como verdade o faz por descrença ou desconfiança na ciência, mas por entender o discurso especializado como ideológico, sem enxergar que seu próprio discurso da dúvida constante também é ideologizado e direcionado. Não existe discurso ou saber isento de ideologia, e toda ideologia carrega uma dimensão teórico-prática prescritiva do que e como deve-se pensar.

No caso da ideologia da competência, sua lógica sugere que apenas determinados atores sociais, grupos ou pessoas que ocupam certas posições de poder na sociedade têm legitimidade: quem *ocupa* o poder *possui* poder pois *sabe*. Quem sabe, sabe por *deter* o poder. O resultado é a hierarquização social-intelectual: profissões tidas como menos intelectualizadas – ou as intelectualizadas redutíveis ao cumprimento das ordens de quem financia – terão na figura do especialista o lastro para cumprir suas funções sociais, pois este é o sujeito que fala em nome do poder de sujeitar, de fazer outros agirem de determinada forma e sempre em nome da Organização, da estrutura do poder em si³².

A ideologia da competência retira o direito das pessoas ao debate e concentra este poder nas figuras da organização: quanto mais distante do trabalho em si, mais autorizado o discurso sobre este³³. Esta assimetria discurso X prática, conhecimento de fato X ideologia travestida de informação, gera rasgos profundos no tecido social.

Desta maneira, a ideologia da competência chauiniana permite uma relação produtiva com a chamada semiformação, processo onde a construção simbólica dos significados do conhecimento e da cultura deixa de possibilitar aos indivíduos a elaboração autônoma de seu sistema de valores, subsumindo-os ao sistema ideológico da Indústria Cultural, que, por desarticular as condições de produção da subjetividade, impede a formação emancipatória e faz com que os sujeitos alimentem o processo de sua própria alienação. A semiformação é importante na estruturação das sociedades de massa, cujos componentes fetichizam a ideia de formação cultural, vista como caminho de emancipação e progresso social, ainda que a compreendam apenas como o necessário para exercer profissões e atividades relacionadas a *status social*³⁴ ou à execução de tarefas.

A formação cultural agora se converte numa semiformação socializada, na onipresença do espírito alienado, que, segundo sua gênese e seu sentido, não antecede à formação cultural, mas a sucede. Desse modo, tudo fica aprisionado nas malhas da socialização (ADORNO, 1996, p.389).

³² Exemplo: o Mercado como ser onisciente, infalível e, simultaneamente, dotado de sentimentos e emoções, pois “gosta” ou “não gosta” do que ocorre na política, por exemplo.

³³ O problema conceitual não é contra a competência enquanto capacidade de realização, mas contra o discurso de competência esgrimido a partir de uma característica intrínseca ao discurso ideológico: a lógica lacunar. Esta faz o ouvinte completar os espaços conceituais-discursivos como desejar, gerando identificação com o agente discursivo. No caso, divinizando a palavra do técnico/especialista e silenciando os/as demais. É como imaginarmos a pessoa mais autorizada a falar sobre atividades do montador de peças numa linha de montagem sendo o gerente ou executivo, por conhecerem metas, e não o montador.

³⁴ O fetiche da classe média de bem por ter um “doutor” – engenheiro, médico, advogado – na família, cfe. CHAUI (2012,*online*).

O fluxo desenfreado de informações no capitalismo neoliberal atual e as transformações correspondentes na Indústria Cultural aceleram a distorção e alienação de consciências e indivíduos, expostos a uma torrente de dados de difícil clivagem em verdade ou falsidade. Deste modo, a cegueira individual ocorre por excesso, não ausência de informações ou de cultura e conhecimento, vistas como separadas das demais atividades humanas.

Além disso, bens informacionais, de conhecimento e/ou culturais tornam-se mercadorias, sendo fetichizáveis. Pode-se entender o “produto-informação” nas dimensões econômica (que trata da produção, distribuição e consumo e é associável ao funcionamento dos *mass media* - jornais, revistas, televisão e Internet-, indústrias que necessitam, para gerar mais valor, da estrutura de difusão e público receptor, mesmo passivamente) e estética, da (re)produção ou representação, replicação e fruição (ou atenção/fetiche), operações que ocorrem no receptor a partir do acionamento de mecanismos de identificação, diferenciação e *status social*: à ideia de ser “bem-informado” soma-se a distinção de tornar-se “fonte” ou referência aos demais.

Outra característica do processo de semiformação é a propagação do discurso de que poucos teriam a capacidade de desenvolver habilidades e saberes a um nível superior (como se nascessem dotadas com esta capacidade, diferentemente dos demais mortais). O destaque a estes supostos “gênios” apela ao conformismo dos “não-agraciados” com tais virtudes, que devem seguir orientações dos detentores do saber-poder.

Podem-se fazer analogias desta característica da semiformação com o discurso competente chauiniano, pois ambos se referem à dinâmica saber/poder onde a autoridade individual emana do local social identificado pela posse e manejo do saber (seja pelo especialista, detentor do saber conforme Chauí, seja pelo intelectual da casta que pode prescrever o saber, conforme Adorno). Historicamente, é o mesmo tipo social que ocupa este espaço.

Esta economia psíquica da informação - ou do (re)conhecimento - acionada pelos mecanismos da Indústria Cultural impacta sobremaneira a subjetividade. Ao detentor do saber, é reservado o poder. Ao detentor do poder, é associada a virtude do saber pelo fato de exercer poder e este exercer fascínio sobre quem o contempla. Ao indivíduo semiformado, alijado e alienado do poder e do saber sobre si e o mundo, resta saber, inconscientemente, de sua condição danificada, o que provoca simultaneamente conformismo, ressentimento e revolta em relação a si, aos demais e ao mundo.

Percebe-se isso na relação deste indivíduo com o saber, o conhecimento e a produção de cultura. Conforme Adorno (1996, p.406), este, “ao mesmo tempo em que se apossta fetichisticamente dos bens culturais, está sempre na iminência de destrui-los”. Tal contraste gera posturas refratárias e imediatistas sobre o conhecimento. A alienação do indivíduo da realidade o leva a ignorar a complexidade das questões sociais, passando a valorizar a velocidade, espetacularização e imediaticidade informativas, independente da qualidade do conteúdo. Estar atualizado e divulgar as últimas novidades – verdadeiras ou não - torna-se sinônimo de difundir informação válida e verdadeira, ainda que esta seja apenas confirmação de visões de mundo estabelecidas na psique individual.

4. Paranoia autoritária

Porém, a postura belicosa e contraditória na relação verdadeiro/falso, necessária para a validação dos vieses prévios de confirmação, não faz o mundo do cidadão de bem mais limitado que o de seus inimigos imaginários. A dita pobreza de mundo das classes reacionárias é um julgamento apressado. Um mundo baseado na recusa de tudo que é dado como possível, mesmo apenas em imaginação, não é mais pobre, mas mais rico do que se imagina. Afinal, o mundo inteiro precisa ser negado pelo filtro individual.

Nas análises adornianas sobre o mundo administrado, uma das principais características desta organização da realidade é a perene sensação de desconfiança em relação às instituições e ao chamado sistema, alimentando a mentalidade paranoica. Conforme Adorno,

[...] muito mais hoje em dia do que antes, o mundo apresenta-se, para maioria das pessoas, como um “sistema” coberto por uma rede de organização totalmente abrangente, sem buracos onde o indivíduo possa “esconder-se” em face das exigências e testes constantes de uma sociedade governada por uma configuração hierárquica orientada aos negócios, a qual se aproxima muito do que chamamos de “verwaltete Welt”, um mundo administrado.

Essa situação real, que tem tantas e tão óbvias similaridades com os sistemas de pensamento paranoico, parece estimular atitudes e padrões de comportamento intelectual compulsivos. A similaridade entre o sistema social e o paranoico consiste não apenas na estrutura fechada e centralizada enquanto tal, mas também no fato do “sistema” para o qual a maioria das pessoas sente que trabalha ter, para elas, um aspecto irracional. Quer dizer, elas se sentem como se tudo estivesse ligado com todo resto, como se não houvesse saída, mas, ao mesmo tempo, percebem que o mecanismo completo é tão complicado que sua “*raison d'être*” é incompreensível e, mais ainda, suspeitam que essa organização sistemática e fechada da sociedade não serve realmente aos seus desejos e necessidades, mas possui uma qualidade fetichista e “irracional” que se autoperpetua, estranhamente alienada da vida que, dessa forma, está sendo construída. Assim, até mesmo a mente supostamente “normal” está preparada para aceitar sistemas de ilusões, pela simples razão de que é difícil demais distinguir tais sistemas daquele outro, igualmente inexorável e opaco, sob o qual têm de viver suas vidas. Isso é muito bem refletido pela astrologia, assim como pelos dois tipos de Estados totalitários que também afirmam ter uma chave para tudo, conhecer todas as respostas e reduzir o que é complexo a interferências simples e mecânicas, afastando tudo que é estranho e desconhecido, sendo, ao mesmo tempo, incapazes de explicar qualquer coisa. (ADORNO, 2008, p.176-177)

A sistematização constante do *socius*, agora conduzida pela lógica neoliberal, preserva e estimula tal paranoia via competição desenfreada de todos contra todos. O indivíduo se enxerga como um lobo solitário, ou um escolhido, cuja existência é, em si, desafio ao “sistema” opressor. Percebe-se tal comportamento em todo o espectro político e social: do “empresário de si”, que busca o triunfo num sistema excludente, ao homem de meia idade saudosista do passado idealizado denunciando “mentiras” dos livros de História como responsáveis pela deterioração das sociedades contemporâneas, sem falar na competição pela Graça e bênção do Deus dos Escolhidos e o *revival* estético do passado por segmentos que conciliam jargões ultraliberais como “Imposto é Roubo” e revoltas difusas contra tudo que consideram como parte do “sistema” e com suas desventuras amorosas e sexuais, vistas como efeito da sociedade distorcida, mas cujos “culpados” a serem punidos são as pessoas, não o *ethos* predatório.

Nem o campo progressista escapa desta lógica, reproduzindo discursos alijados de análises profundas das contradições que permeiam a racionalidade e *modo de vida* neoliberais. O “ativista de si” opera engajamento contra qualquer evento, pessoa, causa ou situação que desafie seus rígidos e *inatingíveis* ideais ético-morais sobre o tema.

Quanto maior a crise, mais “valor de troca” psicossocial terá qualquer triunfo ou êxito, mesmo mínimo, do empreendedor à direita ou à esquerda. Um pressuposto do *ethos* neoliberal é a constante piora das condições sociais para valorizar resultados individuais, independente de sua irrelevância. Isso dialoga com certo *ethos* da desilusão com as possibilidades da organização dos campos sociais. Um *ethos* cínico, onde o critério de verdade seria moldado individualmente de acordo com a necessidade, para que suas contradições, mesmo que desnudadas, não o forcem a questionar o sistema.

Esta subjetividade paranoica apresenta uma constituição surpreendente, possibilitada pelo discurso e ideologias da verdade própria e que opera como base para a construção desta forma de ser e viver falsificada e simultaneamente real: o sujeito-padrão é integrante da maioria, indivíduo *E outsider* ao sistema do qual faz parte e que valida sua existência. Não é hiperdiferença, mas hiperidentidade.

Até mesmo dizer que não existirem mais verdades, apenas interpretações, não dá mais conta de abrigar as contradições deste modelo social, onde o fluxo de informações se mistura com a vontade de autoilusão

individual. Tanto verdades como interpretações ainda dependem de alguma conexão com o real: acabam substituídas por “verdades próprias” desconectadas de qualquer referencial e substituíveis quando necessário evitar a contradição existente na realidade. O poder do *fake* sobre o real e a realidade não é um poder *fake*. Percebe-se este poder nos milhares de visualizações de vídeos sobre terraplanismo; e mais ainda ao se pensar em organizações e indivíduos que, por exemplo, neguem a existência histórica do Holocausto.

O radicalismo de direita atual, cujos germes já foram percebidos por Adorno ainda na década de 1960, surge a partir de condições sociais objetivas - é importante considerar que, para ele, o Holocausto não é o desvio no *telos* social, ou a oposição ao projeto do Esclarecimento, mas um de seus possíveis “coroamentos” - e das condições resultantes da dialética indivíduo-mundo: o caminho ao fascismo é condição e tendência imanente do capitalismo e das subjetividades. O desejo da opressão de si e dos demais, a pulsão de destruição que reside na ideologia da preservação da ordem e do progresso é compromisso singular e coletivo.

Ainda que Adorno observe que seria questão de tempo para tendências autoritárias que habitam os indivíduos e que correm no subterrâneo da sociedade liberal pós-guerra (suas constituintes, ao final) ressurgirem, as sociedades administradas funcionam, aparentemente, sob ditames democráticos e republicanos. É preciso avaliar como os sintomas da síndrome autoritária aparecem em sociedades com instituições democráticas são mais frágeis, mesmo não sendo classificáveis nominalmente como ditoriais.

Recorre-se à análise de Chauí (2017) sobre o autoritarismo e a violência estruturais como fibras que tecem o tecido social brasileiro. Para ela, postular-se-ia que a tendência protofascista singular e coletiva não está, como nas sociedades do capitalismo tardio, em animação suspensa, mas é componente fulcral e operante das relações sociais de alto a baixo. As assimetrias e desigualdades sociais brasileiras naturalizam a violência como elemento das relações cotidianas e a desumanização, ou a transformação do Outro em objeto (direta ou insidiosamente), um padrão social onde o preconceito de classe caminha *pari passu* com o de gênero, etnia ou sexualidade.

Por esta razão, o amálgama de populismo e autoritarismo no Brasil teria características autocráticas, pois relações pessoais são trespassadas por relações de poder caracterizadas pela tutela sobre o Outro, pelo clientelismo derivado disto, pela ausência de mediações entre líder e povo, que vê a si mesmo materializado no Escolhido, um líder ungido pelo Alto - por isso, detentor do poder - e que, ao ser eleito, demonstra claramente a expressão *vox populi, vox Dei* (diaeticamente, significaria que o eleito não é o candidato, mas o próprio eleitor), pela satanização ou divinização da figura de liderança e pela imbricação de estruturas familiares e político-sociais, mantendo o poder parental como razão organizativa.

Como a estrutura social opera como elemento de exclusão/opressão do diferente e reforço da identidade, onde relações entre “iguais” ocorrem sob a égide do compadrio e do favor, a prática violenta não contradiz o discurso e a ideologia da paz e da pacificação social vinda pela força da autoridade que representa o pensamento médio das classes sociais brasileiras: as formas de repressão violenta são apoiadas e esperadas pela sociedade brasileira, em nome do ideal de cordialidade.

Para Chauí, há uma inversão ideológica fantástica operando no senso comum da sociedade brasileira: a violência é vista como ordem. Vive-se num paradoxo: uma violência estrutural e consagrada, aceita, na sociedade brasileira. Não pontual, de modo que se possa falar em *ondas* de violência: uma estruturação social violenta, hierárquica, vertical, oligárquica, conservadora, que defende privilégios contra qualquer forma de direitos; a mesma sociedade que dá sustentação ideológica e política para a manifestação da violência governamental.

Essa violência governamental expressa a violência brasileira e seria, ela mesma, o tecido social que legitima ações autoritárias por parte da estrutura do Estado ou das que o emulem. Contestações à ordem - ou ações entendidas assim pelas classes dominantes – são vistas como *crise* e associadas com desordem e *perigo*,

acionando o gatilho social do pedido pela repressão violenta como mecanismo de defesa das formas de dominação social, cultural, econômica e política, ideologicamente apresentadas como liberdade, salvação e proteção contra a ameaça imaginária incorporada no Outro. Uma sociedade onde o preconceito e o ódio contra o não-idêntico constituem o conceito de comunidade e que, em nome do combate ao inimigo do qual nada se sabe - pois tal antagonista muitas vezes não existe - recusa qualquer conhecimento que possa desvelá-lo³⁵. Não há sociedade melhor para o princípio neoliberal da concorrência de todos contra todos do que a que já é estruturada para enxergar, em cada Outro de seus integrantes, o risco a combater.

5. A personalidade populista

O paralelo com a crise atual é cristalino: uma sociedade construída sob o signo do autoritarismo social - origem e forma da violência no Brasil - reúne os elementos para tornar o cinismo traço dominante da personalidade individual e a chave principal do entendimento das relações sociais “de bem” verde-amarelas. Conforme Chaui (2021, *online*), “no Brasil, a existência da violência é negada no momento mesmo em que é exibida” e tal assincronia oculta contradições sociais que levam a atitudes autoritárias, as desigualdades de classe, etnia e gênero e sistemas de opressão. Adorno (2019, p.557) também relembra que o preconceito (perceptível nas relações sociais brasileiras) é meio de “escapar das doenças mentais agudas pela coletivização e de construir uma pseudorrealidade contra a qual sua agressividade pode ser dirigida sem qualquer violação explícita ao ‘princípio de realidade’”. A dissonância entre discurso e prática individual é ocultada e a construção da verdade em nível epistemológico, político, ético e social ocorre pela reafirmação do conjunto de valores e dados que remetem a subjetividades sociais predefinidas.

A pressuposição de veracidade - critério para a produção do conhecimento e da definição do cinismo como modo da vida social brasileira - não operaria por correspondência factual, mas pela crença prévia do receptor: se a fronteira entre fatos e versões desaparece, todo discurso (político, econômico, cultural) torna-se venda de ideias concorrendo com os demais. A narrativa ideológica melhor comercializada e absorvida por indivíduos e coletividade tornar-se-á hegemônica, por causa e apesar do grande volume de informações circulantes na sociedade.

Porém, uma narrativa somente atinge hegemonia se ressoar elementos até certo ponto já presentes no imaginário coletivo e individual. Emoções e crenças pessoais, comunitárias e coletivas tornam-se o signo que promove a clivagem verdadeiro/falso. Como emoções são constitutivas da subjetividade, informações validadas por estas tornam-se, para quem as recebe e processa, elementos fundantes ou balizadores da personalidade. Qualquer negação ou refutação científica ou documental de informações emocionalmente verdadeiras é compreendida como ofensa pessoal. Apenas opiniões, por serem autônomas aos fatos, são aceitáveis por esse sujeito informacional-emocional. O combate à ciência e ao conhecimento organizado é parte do combate a tudo que desagrada ao Si Mesmo em qualquer nível ou instância.

³⁵ Paradoxal: para consolidar tal ideia civilizacional – importada – na cultura, o inimigo a combater é o próprio povo brasileiro. Exemplos vicejam, desde a Doutrina de Segurança Nacional da ditadura civil-militar (1964-1985) até a tempestuosa relação entre governo e sociedade civil brasileiras nas Cúpulas do Clima COP25 e COP26, onde a participação de atores da sociedade civil foi vetada nas delegações do governo Bolsonaro, que chegou a escalar agentes da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) para monitorar palestras e declarações de líderes ambientalistas nacionais durante os eventos (Cfe. RIBEIRO, MALTINO, 2021). Para CHAUI (2021, p.23), se pensar numa “civilização brasileira” é algo fora de lugar, isto é, vem de fora, só redundaria num modelo autoritário que alia os cidadãos do processo de entendimento e construção deste pacto civilizacional: “se admitirmos ser constitutiva da lógica do pensamento autoritário a necessidade de encontrar um saber prévio sobre o qual possa apoiar-se, bem como a necessidade de manipular fatos nos quais possa exemplificar-se e, graças a tais procedimentos, evitar o risco da elaboração do conhecimento, torna-se clara a debilidade teórica e a exigência de importar ideias já consagradas alhures”.

Há certa racionalização³⁶ emocional na escolha pelo falso, mesmo como defesa contra ameaças à estabilidade de convicções e valores individuais, ou suas rationalidades de mundo. Nesta equação, o aflorar do ressentimento, da revolta e da perda de sentido pervadem escolhas, permitindo manter a coerência imaginada ou desejada individualmente. A racionalidade paranoica/autoritária, mesmo calcada na repressão ou no retorno do reprimido (impulsos do inconsciente), apresenta intensa elaboração cognitiva para dar conta de manter a coerência do que seria incoerente quando olhado de perto.

O impacto emocional da sensação perene de dissolução do mundo não é contido, sozinho, pelo pensamento racional. Daí a necessidade da criação da capa ideológica, amalgamando emoção e razão e, muitas vezes, utilizando ódio e ressentimento como elementos de coesão, para dar ao integrante do grupo condições de lidar com a realidade. As consequências políticas deste processo são desastrosas: se certos laços de reconhecimento entre indivíduos são necessários para a construção do tecido social, a soma da mentalidade de competição desenfreada com a autoverdade radicaliza sua dissolução.

O apelo ao Si Mesmo e a exclusão do diferente tornam-se cerne da sociabilidade antissocial, da ascensão de práticas e discursos que negam instituições ou mecanismos políticos no corpo social e representam a negação da possibilidade do estabelecimento da vida em comum, a *polis* em sentido estrito. Cria-se a ilusão individual de que os sistemas de organização social, de ordenamento do conhecimento, da personalidade e sociabilidade são barreiras que impedem seu sucesso e que os demais seres que compartilham tempo e espaço onde se vive são *obstáculos* a superar.

Isto é visível, inclusive, nas formas pelas quais o cidadão de bem (personalidade autoritária) governa a si mesmo e se relaciona com os demais. O conceito adorniano parece compartilhar elementos com a visão de Chaui do autoritarismo social não consistir apenas na união do povo ou indivíduos com o tirano, mas no fato de povo e indivíduos serem eles mesmos tiranos, da projeção e interpenetração da vontade de comandar com a de ser comandado, como em seu comentário sobre La Boétie, que

Não nos mostra a sociedade espelhando o tirano, mas espelhando-se a si mesma. Com isso, a ideia de paradigma se estilhaça, estilhaçando-se exatamente no instante em que a sociedade, tornando-se assustadoramente autárquica, alcança o ponto máximo da heteronomia. Estamos perante uma sociedade tirânica. (CHAUI, 2013a, p.43)

Além da servidão voluntária, há a auto-opressão voluntária, disfarçada como liberdade de decisão: a escolha livre da forma pela qual abdica-se da liberdade e conforma-se ao padrão, que no final é criação do próprio conjunto social. No campo macropolítico, não é mais necessário que exista um líder que emane qualidades para identificação das massas: o messias ou líder precisa também se identificar com cada indivíduo, catalisando a insatisfação individual e geral de cada um em relação aos demais, quando estes não seguem ou agem no comportamento esperado (identitário a si), mas também a insatisfação consigo mesmo pela possibilidade de frustração deste modelo. Ódio e ressentimento voltam-se em direção aos demais e contra o Si Mesmo.

Mesmo com divergências a respeito da dinâmica envolvida na construção da relação autoritária na sociedade, principalmente por Chaui considerar a operação autoritária mais verticalizada no corpo social, pode-se aproximar certos aspectos destes repertórios conceituais, pois ambos apontam o caráter ideológico desta formação autoritária: alguns indivíduos tornam-se propensos a abraçar o autoritarismo graças a estímulos e discursos vindos da própria estrutura social (o que, parafraseando Chaui, equivaleria a fazer

³⁶ Para Adorno (2019, p.257), a racionalização do impulso destrutivo opera, por exemplo, no antisemitismo oblíquo na sociedade norte-americana: “os sentimentos implicitamente antidemocráticos desses sujeitos são evidenciados por falas depreciativas sobre métodos democráticos fracos: culpar os judeus por falta de cooperação democrática é manifestamente uma racionalização”. Comparativamente, Chaui (2021, s/p) denuncia que um pilar do discurso bolsonarista é a transformação dos conceitos de liberdade e autonomia, que na prática viram sinônimo de opressão e dependência, num procedimento denominado por ela de *inversão do real*.

os súditos terem o mesmo desejo do tirano). Isto significa que, quando a violência autoritária passar a ganhar terreno (visivelmente ou não), estes sujeitos não teriam dificuldade para abraçar comportamentos e ações antidemocráticas, preconceituosas ou fascistas, pois isto já está em sua subjetividade e nos modos de reação aos estímulos do mundo.

Ocorre uma tripla coincidência dos desejos do líder, do Alto (par conceitual fulcral do autoritarismo, conforme Chaui) e dos sujeitos em fazerem parte da cadeia de poder, simultaneamente como sujeitos/sujeitados. Conforme Adorno, tal mecanismo de satisfação pulsional – ou libidinal - pode ser detectado no comportamento semiformado.

Um homem que relata que a experiência mais inspiradora para ele teria sido “apertar a mão do presidente” provavelmente encontra sua gratificação não apenas na submissão, mas na ideia de que parte do poder do grande homem, por assim dizer, impregnou-se nele, de modo que ele é uma pessoa mais importante por ter “apertado a mão dele” ou por “tê-lo conhecido” ou por ter “estado lá”. O mesmo padrão de gratificação pode ser obtido ao atuar no papel de “lugar-tenente” ou ao desempenhar uma função numa posição intermediária em alguma hierarquia claramente estruturada, na qual sempre há alguém acima e alguém abaixo. (ADORNO, 2019, p.153)³⁷

Desta maneira, a força é objeto de admiração e fascínio por si mesma, sem necessidade da demonstração do desejo oculto em oprimir (mesmo existindo). É na admiração pelo poder em si e na disposição em fazer parte dele, como agente e paciente, que o indivíduo comum dá vazão à personalidade autoritária³⁸. Ou, melhor, à personalidade violenta que caracterizaria o autoritarismo populista dos regimes do novo radicalismo de direita: a cidadania de bem.

Ao analisar o fenômeno do (res)surgimento do cidadão de bem via bolsonarismo, vê-se a expressão contemporânea do novo radicalismo de direita antevisto por Adorno e a manifestação mais concreta da teoria de Chaui sobre o populismo social brasileiro. Reforça-se que nesta estrutura há a busca pela relação de poder não-mediada governante/governados, baseada numa identificação cruzada onde quem deposita sua esperança no governante Ungido, que surge para resgatá-lo do Mal, também frui e satisfaz seu impulso autoritário nas ações opressoras executadas ou proferidas pelo Eleito. O bolsonarismo, além de modalidade populista ajustada ao funcionamento da sociabilidade neoliberal no Brasil, expressa o cinismo estrutural nas relações sociais e interpessoais da população. A sociedade brasileira pode ser compreendida historicamente, de alto a baixo, como *cínica* na definição adorniana. Para a autora, isso ficou evidente com o aprofundamento da desigualdade social durante a pandemia de COVID-19.

Eis porque a pandemia expõe, para além de todo limite admissível, a ferida que consome nossa sociedade, isto é, realização da luta de classes pela polarização máxima entre a miséria absoluta das classes exploradas e a opulência absoluta da classe dominante (estupidamente imitada por uma parte da classe média), cujo poder não esconde seu próprio cinismo, que se exprime no pleno apoio ao governante coveiro, miliciano ungido e consagrado pela graça de Deus. (CHAUI, 2021, s/n)

O fato da coesão individual e social no Brasil definir-se pelo recorte violento entre classes, alimentado pela repulsa, ressentimento e preconceito, não pode ser subestimado ou resolvido apenas apelando a resíduos racionais individuais e coletivos, principalmente se a própria noção de Si, a personalidade, é calcada numa

³⁷Além da preciosa contribuição ao entendimento da economia psíquica do cidadão de bem, o “good citizen” (expressão que dá nome ao boletim informativo da organização ultradireitista e racista Ku Klux Klan), esta passagem traz uma sutil ironia adorniana. A expressão “apertar a mão do presidente” já era à época uma gíria comum nos EUA para a autossatisfação sexual de indivíduos do sexo masculino. A gratificação na vida de alguém cuja máxima realização foi este “encontro com o presidente” - com o duplo sentido da expressão - permite outra leitura da relação erótica do indivíduo que sofre da síndrome da personalidade autoritária em relação às figuras de poder e em relação ao poder em si, pois o signo do Si Mesmo operaria todas instâncias da relação.

³⁸Este fascínio pelo poder em si pode ser visto no caráter religioso das manifestações de apoio ao líder messiânico e de desafio à “peste” por parte dos seguidores do “mito” brasileiro.



exacerbação paranoica de pretensa racionalidade. Essa guerra permanente e intestina à sociedade brasileira a faz terreno por excelência para o desenvolvimento do neoliberalismo na forma autoritária.

Concluindo, a ascensão de sistemas e líderes autoritários é efeito, não causa, do autoritarismo e da violência existentes no campo social/individual; para se desenvolverem e permanecerem, precisam do pensamento sectário e da recusa ao saber, travestida de racionalidade, que fundamentam a criação de uma realidade própria para sujeitos, grupos e comunidades, onde a figura do líder e a do Si Mesmo se imbricam e onde todas as verdades estão previamente confirmadas pelas emoções e convicções individuais. Precisam do “cidadão de bem”. Nesta realidade *fake*, verdadeiro e falso são deliberadamente embaralhados para dar coerência à paranoia que a caracteriza. Se este processo era perceptível nas análises adornianas em países hegemônicos, escancara-se com as transformações nas matrizes econômica (com a ascensão do neoliberalismo, que opera por crises e medo) e informacional (o fluxo extremo de informações), que, para Chaui, causam impacto maior no Brasil como consequência de suas características sociais. À promessa do resgate do paraíso na Terra e do extermínio do Medo pela força do líder Ungido pelo Alto (a elite, o tecnocrata, o militar, etc.), apto a exercer o Poder por ser detentor do poder discricionário verdade X falsidade (ou vida X morte), ideal presente no populismo brasileiro, soma-se a percepção adorniana de que esta promessa (evidentemente falsa) mantém e amplifica sua sedução por ressoar elementos que residem em cada indivíduo. Mesmo pessoas e comunidades historicamente oprimidas podem, se alçadas à tal posição, tornarem-se opressoras, justificando tais atos cinicamente pela criação da falsa narrativa sobre a realidade. Afinal, uma sociedade construída para formar cidadãos de bem os constrói inclusive negando este modelo.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. (2008). *As estrelas descem à Terra*. SP: EdUnesp
- ADORNO, T. (2020). *Aspectos do novo radicalismo de direita*. SP: EdUnesp
- ADORNO, T. (2020). *Dialética Negativa*. RJ: Zahar
- ADORNO, T. (2015). *Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*. SP: EdUnesp
- ADORNO, T. (2019). *Estudos sobre a personalidade autoritária*. SP: EdUnesp
- ADORNO, T. (1996). *Teoria da semicultura*. Educação & Sociedade, Campinas, ano 17, n.56, p.388-411
- ADORNO, T.; BLOCH, E. (1996). Something is missing. In BLOCH, E. *The Utopian Function of Art and Literature*. Boston: MIT Press,
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento*. RJ: Zahar
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. (1973). *Aspects of Sociology*. Boston: Beacon Press
- BIANCHI, B. (2021a). In the labyrinth of emancipation. An inquiry into the relationship between knowledge and politics. In BIANCHI, B.; FILION-DONATO, E.; MIGUEL, M.; YUVA, A. *Materialism and Politics*. Berlin : ICI Berlin Press
- BIANCHI, B.; RANGEL, P.; CHALOUB, J.; OTTO-WOLF, F. (2021b). *Democracy and Brazil, collapse and regression*. New York: Routledge
- CHAUI, M. (2014). *A Ideologia da Competência*. BH: Autêntica

- CHAUI, M. (2000). *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. SP: FPAbramo
- CHAUI, M. (2013a). *Contra a Servidão Voluntária*. BH: Autêntica
- CHAUI, M. (2016). Ideologia e educação. Educ. Pesqui., SP, v.42, n.1, p.245-257, jan-mar/2016
- CHAUI, M. (2013b). *Manifestações Ideológicas do Autoritarismo Brasileiro*. BH: Autêntica
- CHAUI, M. (1981). *O que é Ideologia*. SP: Brasiliense
- CHAUI, M. (2021). *Pela Graça de Deus* [online]. A Terra é Redonda. Disp. <<https://aterraeredonda.com.br/pela-graca-de-deus/>> Acesso 14/042022
- CHAUI, M. (1994). Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90: Política e Sociedade No Brasil*. SP: Brasiliense
- CHAUI, M. (2012). *Sobre a Classe Média* [online]. Disp. <https://edisciplinas.usp.br/mod/folder/view.php?id=491831>
- CHAUI, M. (2017). *Sobre a Violência*. BH: Autêntica
- CINTRA, E.M.U. (2018). *Introjeção, incorporação e identificação com o agressor: considerações a partir de Sándor Ferenczi*. Ide (SP), vol.40, n.66, pp.81-98.
- COSTA, V.H. (2020) “A personalidade autoritária” de Theodor W. Adorno: conceituação do “tipo antropológico autoritário” e atualizações no neoliberalismo. *44o Encontro Nacional ANPOCS – Anais*. [online] Disp. <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/gt-32/gt44>. Acesso 26/08/2022 1:57 AM
- COSTA, V.H. (2022). Introdução à tradução de: Observações sobre ‘A Personalidade Autoritária’ de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford. *TRANS/FORM/AÇÃO: Revista de Filosofia*, [S. l.], v.44, n.2, p.345–384.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2014) *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. SP: Boitempo
- FIGUEIREDO, M.; AIDÉ, A.; DIAS, H.; JORGE, V. (1997). Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, vol.IV, n.3, p.182-203
- HAN, B-C. (2013). *Psicopolítica*. Madri: Herder
- LATOUR, B. (2020). *Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. SP: Ubu
- MAAR, W.L. (2003). Adorno, semiformação e educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.24, n.83, p.459-476
- MELO, I.; LANG, F. (2019) Sete afirmações feitas pelos terraplanistas e os motivos de eles estarem enganados. GZH, 16/08/2019 - 15h57min (online). Disp. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/tecnologia/noticia/2019/08/sete-afirmacoes-feitas-pelos-terraplanistas-e-os-motivos-de-eles-estarem-enganados-cjze68lg038r01qmslcdjmbp.html>. Acesso 20/08/2022 21:28

MENDES, A.; FRANÇA, C. (2012) Contribuições de Sándor Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual. *Psicologia em Estudo* v.17, n.1, pp.121-130.

PERINI-SANTOS, E. (2020). What is post-truth? A tentative answer with Brazil as a case study. In BIANCHI, B.; RANGEL, P.; CHALOUB, J.; OTTO-WOLF, F. *Democracy and Brazil, collapse and regression*. New York: Routledge

REIS, T.; EGGERT, E. (2017). Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação Brasileiros. *Educação & Sociedade*, v.38, n.138, pp.09-26.

REPA, L. (2017) Crítica da esquerda, crítica da razão – uma visão de conjunto sobre o pensamento de Horkheimer nos anos 1940. *Cadernos de Filosofia Alemã*, v.22; n.2, pp.93-109, jul-dez/2017.

RIBEIRO, P.F.; MALTINO, M. E. (2021) O “inimigo interno” e o enfraquecimento do Brasil nas relações internacionais. Jornal da USP, 23/11/2021. Disp. <https://jornal.usp.br/artigos/a-sociedade-civil-como-inimigo-interno-e-o-enfraquecimento-do-brasil-nas-relacoes-internacionais/>. Acesso 22/08/2022 14:22

SAFATLE, V.P. (2021) “Tem gente lucrando com as nossas mortes” in Canal My News. 26/05/2021. Disp. <https://canalmynews.com.br/politica/tem-gente-lucrando-com-as-nossas-mortes-diz-vladimir-safatle/>. Acesso 18/08/2022 10:00

SALGADO, S. (2012). Campanhas eleitorais e cobertura mediática: abordagens teóricas e contributos para a compreensão das interações entre política e media. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº9. Brasília, pp.229-253, set-dez/2012

SANTIAGO, H. (2017). O pensamento político de Marilena Chauí: a invenção do método. *Cadernos Espinosanos*, n.36, p.57-87.

SCHWARCZ, L. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. SP: Companhia das Letras